

# Orçamento prevê gastos de NCz\$ 338,9 bi

MARCOS HENRIQUE

A União vai gastar NCz\$ 338,9 bilhões em 1990, em valores que serão corrigidos mensalmente pela Unidade de Referência Monetária (URO), criada para impedir o desgaste dos recursos pela inflação. A proposta detalhada do Orçamento foi entregue ontem ao Congresso Nacional pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e impõe cortes radicais nos gastos em todas as áreas do setor público, exceto quanto aos benefícios da seguridade social.

A emissão de títulos para financiar déficit está literalmente proibida; os investimentos das estatais foram reduzidos a zero e só poderão acontecer naquelas que obtiverem lucro, exceto para as chamadas empresas típicas de governo; as tarifas dos serviços públicos continuarão recebendo aumentos reais até que deixem de ser deficitárias e, mesmo assim, o saneamento das contas do Governo ainda depende da aprovação, pelo Congresso, das medidas de arrocho fiscal, corte de subsídios e elevação dos tributos para as pessoas jurídicas e as grandes fortunas.

## CONTROLE

A determinação expressa do Governo é "só gastar o que arrecadar", conforme observou o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente. Ele previu que o futuro presidente da República receberá de herança um caixa muito baixo, mas em contrapartida, "sem ne-

nhum acréscimo da dívida pública".

Mais de dois terços dos recursos orçamentários serão gastos com o serviço da dívida pública, interna e externa. São NCz\$ 218 bilhões e 656 milhões só com este item, o equivalente a 45,9 por cento do PIB. As transferências para os estados e municípios, por imposição da Constituição, consumirão NCz\$ 13 bilhões e 702 milhões, que correspondem a 2,88 por cento do PIB. Os investimentos da União desceram ao pior nível das últimas décadas, com uma previsão de NCz\$ 8 bilhões e 481 milhões, ou 1,78 por cento do PIB. Os gastos com pessoal atingirão a NCz\$ 24 bilhões e 242 milhões (5,09 por cento do PIB) e a reserva de contingência, onde se enquadram desembolsos da União para atender enchentes e catástrofes, por exemplo, obteve apenas NCz\$ 1 bilhão e 765 milhões (0,37 por cento do PIB).

As empresas estatais estarão limitadas a gastar pouco mais de NCz\$ 17 bilhões e qualquer frustração na receita prevista obrigará o realinhamento nos seus preços, bem como medidas de contenção adicionais.

Do total das despesas, NCz\$ 5 bilhões e 934 milhões ainda estão condicionados à aprovação dos projetos de lei, em tramitação no Congresso, alterando a legislação tributária, enquanto NCz\$ 615 milhões dependem da aprovação do projeto de lei do refinanciamento da dívida externa dos estados e municípios.



Nelson Carneiro garantiu a João Batista de Abreu (E) que o Congresso aprovará o Orçamento no prazo previsto